



**MUNICÍPIO DE PANCAS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
Unidade Central de Controle Interno



## RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA

RAI N.º 002/2021

<b>Tema objeto do trabalho:</b> Pessoal - Teto
<b>Unidade Auditada:</b> UG Saúde, UG Assistência Social e UG Prefeitura
<b>Controladora:</b> Nina Alice Sily Coelho
<b>Técnico em Controle Interno:</b> Giuliano Bozzato Soave

novembro 2021



**MUNICÍPIO DE PANCAS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
Unidade Central de Controle Interno



## **SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO. ....	3
2. DESENVOLVIMENTO E CONSTATAÇÕES. ....	3
3. EFEITOS.....	5
4. RECOMENDAÇÕES .....	6



## **1. INTRODUÇÃO.**

Conforme planejamento descrito no **Plano Anual de Auditoria Interna 2021**, foi realizada auditoria no Ponto de Controle 2.6.4 - *Pessoal - Teto* a fim de avaliar se o *teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no art. 37, inciso XI, da CRFB/88* no exercício corrente.

Como critério de seleção da amostra foram selecionados os *maiores valores apresentados como remuneração dos servidores no exercício de 2021, até o fechamento da folha de setembro*. De onde foram extraídas as informações de servidores que em meses específicos ultrapassaram o limite constitucional conforme apresentado a seguir.

A Base Legal utilizada para análise do teto remuneratório foi a seguinte:

- Incisos VIII, XVII e XXIII do art. 7º da CF 88;
- Inciso XI do art. 37 da CF 88;
- Lei 827/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pancas.

## **2. DESENVOLVIMENTO E CONSTATAÇÕES.**

Solicitados à Secretaria Municipal de Administração em 13 de outubro, juntamente com o ofício de comunicação de auditoria, **relatório contendo a relação de servidores com os respectivos pagamentos (vencimentos) ordenados em ordem decrescente de valor** para análise das questões de auditoria constantes da Matriz de Planejamento inserida à pag. 402 do processo 1805/2021. E prontamente atendidos com o envio dos relatórios: Relação de servidores por salário base e, relação dos servidores por salário bruto.



**MUNICÍPIO DE PANCAS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
Unidade Central de Controle Interno



Iniciadas as análises dos relatórios viu-se que do relatório de servidores por salário base, nenhum servidor apresenta ganhos superiores ao limite informado no inciso XI do art. 37 da CF 88, neste caso, o subsídio Prefeito. Ao analisar o relação dos servidores por salário bruto, podemos ver às páginas 680, 682, 684 e 688 que os servidores Stefany Jacobsen, Lara Antunes Franca, Maria Emilia Simão da Fonseca Hifner e Gleidson Moraes de Souza, respectivamente, assim como a pensionista Delma Moreira Luchi à página 686 apresentaram ganhos brutos em valores superiores ao limite apresentado no inciso XI do art. 37 da CF de 88, ocorre que, como também é possível averiguar nas mesmas páginas já informadas, esses ganhos advêm de direitos adquiridos através da mesma CF de 88:

*"CF 88, Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*...*

***VIII** - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;*

*...*

***XVII** - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;*

*...*

***XXIII** - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;*

*..."*

Além de também contempladas na Lei 827/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos de Pancas em seu artigo 73 § 1º.

*"Excluem-se do teto da*  
Página 4 de 6



*remuneração os adicionais e gratificações constantes do art. 90, I, c a h, II, a, b e c, e III, o décimo terceiro vencimento, as indenizações e os auxílios pecuniários previstos nesta Lei."*

### **3. EFEITOS**

Conforme descrito no Estatuto dos Servidores Públicos do município de Pancas Lei 827/2004:

**"Art. 75.** O vencimento, a remuneração e os proventos não sofrerão descontos além dos previstos em lei, nem serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, salvo quando se tratar de:

*I. prestação de alimentos, resultante de decisão judicial;*

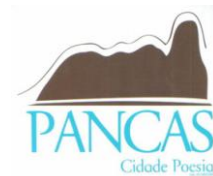
**II. reposição de valores pagos indevidamente pela Fazenda Pública Municipal, hipótese em que o desconto será promovido em parcelas mensais não excedentes a vinte por cento da remuneração, ou provento.**

**§ 1º** Caso os valores recebidos a maior sejam superiores à quarenta por cento da remuneração que deveria receber, fica o servidor público obrigado a devolvê-lo de uma só vez no prazo de setenta e duas horas. (grifo nosso)

**§ 2º** A indenização de prejuízo causado à Fazenda Pública Municipal em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimentos ou



**MUNICÍPIO DE PANCAS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
Unidade Central de Controle Interno



*entradas nos prazos legais será feita de uma só vez, em valores atualizados.*

*§ 3º O servidor público em débito com o Erário, que for demitido, exonerado ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de até sessenta dias, a partir da publicação do ato, para quitá-lo.*

*§ 4º A não-quitação do débito no prazo previsto no parágrafo anterior implicará sua inscrição em dívida ativa, sendo o mesmo tratamento observado nas hipóteses previstas no § 2º."*

#### **4. RECOMENDAÇÕES**

Acompanhar junto à empresa responsável pelo portal Transparência a efetiva correção do erro identificado conforme informado através do ofício 000959/2021, constante à página 693 do processo 1805/2021.

Giuliano Bozzato Soave  
Técnico em Controle Interno